

	PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
	CENTRO: CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
	DEPARTAMENTO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – RECUPERAÇÕES E FALÊNCIAS		CÓDIGO: DIR 323
DURAÇÃO EM SEMANAS: 17	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 02 HORAS	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS
2024-1		

PROFESSOR: JAZAM SANTOS – jazam.santos@ufv.br

EMENTA

Falência. Natureza jurídica e princípios informativos. Pressupostos. Procedimento falimentar. Efeitos jurídicos da sentença de falência. Da administração da massa falida. Verificação e classificação dos credores. Realização do ativo. Pagamento do passivo. Encerramento da falência. Recuperação. Processamento. Cumprimento da recuperação de empresas. Crime falimentar. Disposições gerais e transitórias da lei falencial.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender a importância e as principais diretrizes do instituto da Recuperação de Empresas e do Procedimento de Falência

Específicos:

- Identificar a importância do direito falimentar e o objetivo central da atual Lei de Recuperação de Empresas e Falência.
- Analisar os aspectos comuns ao procedimento de recuperação de empresas e de falência.
- Identificar as partes legitimadas a invocar os preceitos da Lei de Recuperação de Empresas e Falência.
- Compreender os efeitos da decretação da falência e as etapas do procedimento falimentar.
- Entender o instituto da recuperação de empresas no direito empresarial, os requisitos para sua concessão e os efeitos do descumprimento do plano firmado.
- Conhecer os tipos penais previstos na Lei de Recuperação e Falência: efeitos da condenação por crime falimentar e o procedimento penal especial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

05/03	Apresentação da disciplina, metodologia e avaliação - apresentação do plano de ensino
12/03	Noções históricas do direito falimentar; introdução histórica do direito falimentar à Lei 11.101/2005; crise econômico-financeira
19/03	Teoria geral do Direito Concursal: Definição; Princípios da preservação e da função social da empresa; Princípios informadores do direito concursal.
26/03	Disposições comuns aplicáveis à recuperação judicial e à falência: Definição; Habilitação de créditos; Administrador judicial.
02/04	Disposições comuns aplicáveis à recuperação judicial e à falência: Comitê de credores; Assembleia geral de credores.
09/04	Falência: Definição; Classificação dos créditos; Pedido de restituição.
16/04	Efeitos da decretação da falência: Definição; Procedimento para a Decretação da falência: Definição; Inabilitação, direitos e deveres do falido; Arrecadação e custódia dos bens.

23/04	Efeitos da decretação da falência: Definição; Procedimento para a Decretação da falência: Definição; Inabilitação, direitos e deveres do falido; Arrecadação e custódia dos bens; Ineficácia e revogação dos atos praticados pelo falido.
30/04	Prova I
07/05	Devolutiva da prova I/Efeitos da decretação da falência: Realização do ativo
14/05	Efeitos da decretação da falência: pagamento aos credores. Extinção das obrigações
21/05	Recuperação judicial: Pedido; Processamento; Plano; Procedimento de recuperação judicial.
28/05	Recuperação Extrajudicial: Requisitos legais; Plano de recuperação extrajudicial; Procedimento do pedido de homologação.
04/06	Plano Especial de Recuperação Judicial para Microempresa e empresa de pequeno porte: Definição; Requisitos legais; Processamento.
11/06	Crimes falimentares: os crimes em espécie; os efeitos da condenação; o procedimento penal.
18/06	Prova 2
25/06	Devolutiva da prova 2/Avaliação correspondente/Feedback das avaliações
02/07	Exame Final

METODOLOGIA

Aulas expositivo-dialogadas com utilização ou não de recursos virtuais/audiovisuais, ou do quadro. Possibilidade de execução de trabalhos em grupo, atividades de pesquisa, teorização, estudos de casos e resolução de exercícios.

Desta forma, a disciplina será desenvolvida seguindo uma metodologia de estudo dirigido, no qual o(a) aluno(a) deverá:

Semanalmente, ler e estudar a indicação do texto jurídico, das normas ou qualquer outro material complementar indicado, referente ao conteúdo previsto no cronograma para a referida semana; participar das discussões e/ou reflexões desenvolvidas sobre o conteúdo ministrado;

Após a leitura e estudo do conteúdo relativo, o(a) aluno(a) poderá fazer, no prazo estipulado, a atividade de fixação (se houver). O objetivo do estudo dirigido é baseado na capacidade do(a) aluno(a) ler, analisar e aplicar o conteúdo na solução dos exercícios.

O aluno que perdeu alguma prova, deverá justificar, FUNDAMENTADAMENTE, até o dia da prova 2, para apresentar a justificativa.

Será reservado um dia para quem perdeu alguma prova e/ou a entrega da atividade avaliativa (se houver) e justificou.

Para a aprovação, o aluno deverá ter cumprido 75% (setenta e cinco por cento) de presença, pelo menos, na disciplina e tiver média final igual ou maior que 60,0.

AVALIAÇÕES

A avaliação será realizada em etapas e levará em consideração o desempenho dos discentes em relação aos conhecimentos assimilados, cujas avaliações serão conforme a seguir descritas:

- 1 prova I (valendo até 100 pontos);
- 1 trabalho (valendo até 100 pontos);
- 1 prova II (valendo até 100 pontos);

Desta maneira, a nota da disciplina será obtida a partir da média aritmética simples = da nota da prova I + nota do trabalho + nota da prova II, tudo, dividido por 3 (três).

No caso de não realização de qualquer prova e/ou trabalho avaliativo, o(a) aluno(a) deverá apresentar justificativa fundamentada até a data da prova II, na qual, poderá realizar uma avaliação correspondente no final do semestre, com data a ser definida e justificativa deferida, envolvendo toda a matéria a ser definida. O feedback da avaliação correspondente ocorrerá em até 02 dias úteis depois de sua elaboração.

Os trabalhos acadêmicos, quando solicitados, deverão ser apresentados de acordo com as normas da ABNT.

EXERCÍCIOS E/OU ESTUDOS DE CASOS:

As atividades curriculares poderão ser aplicadas de forma variada, dentre: fichamento, exercício, estudo dirigido, apresentação oral em seminário, trabalho escrito, relatório, atividade em EAD (pelo moodle), prática simulada, etc., a serem definidos no decorrer do Semestre Letivo.

Os exercícios poderão ser individuais e/ou em grupo, empregados a critério do professor.

OBSERVAÇÃO:

Não será permitido o uso de celular e ou similares nos dias de prova.

Os e-mails enviados ao docente serão respondidos conforme a disponibilidade do mesmo. Qualquer orientação deverá ser sanada presencialmente e no horário da disciplina ou no atendimento ao aluno, conforme Programação Acadêmica, salvo a impossibilidade do meio.

Compete ao acadêmico manter o seu CONTROLE DE FREQUÊNCIA (limite de faltas de 25% da carga horária prevista).

O conteúdo programático poderá ser ministrado em ordem diversa do previsto no cronograma, sempre buscando atender aos objetivos de aprendizagem.

Não estão permitidas quaisquer formas de reprodução eletrônica, gravações, filmagens, postagens, fotos e semelhantes durante as aulas da disciplina, salvo os casos autorizados pela instituição.

Este plano de ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre letivo, sempre buscando atender aos objetivos de aprendizagem.

Os trabalhos devem ser entregues ao professor, no local indicado e horário estabelecido para a atividade.

Textos e materiais serão indicados e adicionados no sistema moodle e/ou no classroom.

E-mail do professor: jazam.santos@ufv.br

RECURSOS AUXILIARES DE ENSINO

Possibilidade de apresentação de conteúdo oral e escrito com ou sem apoio de equipamentos.

Indicação de texto e/ou vídeo complementar do conteúdo, além do atendimento acadêmico extraclasse presencial ou em EaD.

O componente curricular possibilita a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAGAS, Edilson Enedino das Chagas. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. 13. Ed. Baueri: Atlas, 2022.

NETO, Alfredo de Assis Gonçalves. Curso de direito comercial: direito de empresa. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual de Direito Empresarial. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SIMÃO FILHO, Adalberto; LUCCA, Newton de (coord.). Direito empresarial contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: falência e recuperação judicial. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 2v e 3 v.

BONOMO, Carla; AURELIAN, Gislaine Fernandes de Oliveira Mascarenhas. A Teoria às avessas e seus reflexos no Direito Empresarial e no Direito de Família. In: Revista do Direito Privado, Vol. III. N. 1. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/direitoprivado/artigos/Carla_Bonomo_Gislaine_Fernandes_Teoria_aves-sas_%20aplica%C3%A7%C3%A3o_direito_empresarial_fam%C3%ADlia.pdf. Acesso em 16 fev. 2024.

FAZZO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial. Direito comercial, sociedades empresarias, companhias, registro de empresa, empresa em crise, empresário individual, microempresas, corretores e leiloeiros, fundo de comércio, atos de concentração, concorrência, responsabilidade empresarial. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. vol. 3: recuperação de empresas e falência. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.